

MR 024. Movimentos Ambientais e Étnicos Diante de Políticas de Energia e Desenvolvimento

Etnicidade e Meio Ambiente como Pontos de Negociação com Grandes Empreendimentos e a Criação da Resistência no Sub-Médio São Francisco

Este trabalho examina as práticas exercidas de aplicação de licenciamento e compensação em ações da (CHESF) no Sub-Médio São Francisco. Três experiências de envolvimento no processo pelo autor com inserções diferentes orienta os realces dados a processos que são descritos de acordo com 1) definições de ambiente e etnicidade compreensíveis através das práticas da Empresa, e 2) a mobilização da população atingida na negociação de acordo com essas práticas. Examina o reassentamento de Itaparica, final dos anos oitenta; a elaboração de um EIA_RIMA para o projeto da barragem de Riacho Seco nos anos 2000; e o cálculo de uma indenização para Povo Indígena Truká, nos anos 2010. Foca nos usos e tensões entre o que se entendem como fatores ambientais e étnicos que incidem sobre a negociação de compensação de danos às populações atingidas.

Este trabalho examina as práticas exercidas de aplicação de licenciamento e compensação em ações da (CHESF) no Sub-Médio São Francisco. Três experiências de envolvimento no processo pelo autor com inserções diferentes orienta os realces dados a processos que são descritos de acordo com 1) definições de ambiente e etnicidade compreensíveis através das práticas da Empresa, e 2) a mobilização da população atingida na negociação de acordo com essas práticas. Examina o reassentamento de Itaparica, final dos anos oitenta; a elaboração de um EIA-RIMA para o projeto da barragem de Riacho Seco nos anos 2000; e o cálculo de uma indenização para Povo Indígena Truká, nos anos 2010. Foca nos usos e tensões entre o que se entendem como fatores ambientais e étnicos que incidem sobre a negociação de compensação de danos às populações atingidas.

Quando o Ministério Público ou os gestores de um projeto de energia hidráulica chamam, ou são forçados a admitir, a presença de um antropólogo é coisa certa que o projeto está danificando o meio ambiente e ameaçando comunidades de ribeirinhos, indígenas e/ou quilombolas. De acordo com o velho ditado, “aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei”³ os antropólogos sabem que, para os gestores, eles cabem no grupo ao qual se aplica a lei. Sendo assim, a criação de uma legislação mais rigorosa em defesa do ambiente e da população é, no mínimo, uma proteção contra excessos de perdas, encarnada numa política de “mitigação”. Mas para os empreendimentos essa legislação é, sobretudo, uma barreira a ser vencida para pôr em operação seu projeto de grande investimento.⁴

Nos relatos do Departamento de Ambiente do Banco Mundial, refletidos nos trabalhos de seu colaborador e assessor antropólogo e sociólogo, Michael Cernea, (1988, 1991) o envolvimento pleno de antropólogos nas redes que criaram demandas para uma legislação ambiental rigoroso para grandes projetos de investimento procede tanto das denúncias de impactos nocivos nas pessoas e no ambiente em projetos observados, quanto pelas atitudes de protagonismo de causas ambientais e das pessoas. A implantação mais intensiva de legislação rigorosa no caso de grandes projetos de investimento⁵ teve um incentivo histórico numa crítica ferrenha de uma equipe de

¹ **PPGA-UFPE. Trabalho para mesa redonda** MR 024. Movimentos Ambientais e Étnicos Diante de Políticas de Energia e Desenvolvimento, na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, UERJ – RJ, 2020.

² Agradeço a Mércia Batista, Eliana de Barros Monteiro e Carla Siqueira Campos por leituras de uma versão preliminar deste trabalho que contribuíram muito para a melhora deste trabalho.

³ Quando atribuído a Maquiavel, a frase costuma ser “aos amigos, os favores; aos inimigos, a lei”.

⁴ Estudiosos de ambiente e de grandes empreendimentos documentaram extensamente esta relação (ACSELRAD 2008, 2010; ALMEIDA et. al. 2020; BURSZTYN 2001; CARRUTHERS 2008; LITTLE 2010; RIBEIRO 1991; SCOTT 2009, 2012; ZHOURI 2005, 2013; VAINER e ARAÚJO 1991)

⁵ Termo abrangente preferido de Vainer e Araújo, 1991.

antropólogos e sociólogos sobre as práticas dos gestores do projeto da barragem de Sobradinho, no Rio São Francisco, na Bahia (MACHADO, Eduardo 1987; SIGAUD 1986a, 1986b; DUQUE 1982) A devastação do ambiente e a expulsão e empobrecimento da população que residia nas áreas atingidas pela barragem com indenizações nulas ou irrisórias foram graficamente expostos, e demandas foram encaminhadas de reparação, criando tanto vexame para o Banco Mundial quanto ele é capaz de mostrar que sente sobre estes efeitos “secundários” dos seus grandes planos de desenvolvimento. O Departamento de Ambiente se tornou a ovelha negra da planificação de grandes investimentos no rol de atividades do Banco cujo orgulho de promover desenvolvimento financeiramente ordenada servia com cartaz de legitimidade, as ações departamento de meio ambiente se encaixando nas relações públicas das suas atividades⁶.

Inaugurada a barragem de Sobradinho, a próxima nas barragens planejadas pela CHESF foi a de Itaparica, jusante a Sobradinho, depois da qual vinha Xingô, Pedra Branca e Riacho Seco. O planejamento empresarial energético dessa forma se desenvolve por uma sucessão de tempos e espaços ao longo do rio nos quais os engenheiros do setor comandam o aproveitamento do ambiente para o qual tem um departamento específico (veja <https://www.chesf.gov.br/sustentabilidade/Pages/MeioAmbiente/MeioAmbienteVisaoGeral.aspx>.) Quando chegou a vez de Itaparica houve uma intensificação muito significativa da aplicação de novas legislações (ZHOURI et al, 2005; World Bank 1992, BARBIERI 1995), que tinham todas as ferramentas de prever os danos (Environmental Impact Assessments - EIA) e escutar a população informada em audiências públicas (audiências que apresentam o Relatório de Impacto no Meio Ambiente – RIMA) e, idealmente, escutam a população⁷. Realizadas essas etapas do muito temido e frequentemente burlado licenciamento ambiental, os gestores estão de posse de “tudo” para levar os seus projetos adiante.

É neste quadro de referência que relato três experiências de acompanhar ações historicamente situadas de gestores nas quais a minha participação foi de ser o antropólogo (melhor,

⁶Aqui a discussão de Bronz sobre os usos publicitários e a legitimação de práticas empresariais é valiosa (BRONZ 2013)

⁷A literatura e as reportagens são repletas de observações de haver muito mais apresentação em “audiências” do que escuta, o que é resultado da concepção “informativa” do RIMA. (Seguindo a legislação desde 1986 na resolução Número 01 do CONAMA Conselho Nacional de Meio Ambiente, portanto após as avaliações realizadas em Itaparica) RIMA é um “relatório contendo as conclusões do EIA. Os dados devem ser apresentados de forma objetiva e adequada à compreensão pública. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustrados por meio de imagens, gráficos e tabelas de modo que se possam ser observados as vantagens e desvantagens do projeto, bem como as consequências ambientais.” Acesso em <http://www.inteliagro.com.br/qual-diferenca-entre-eia-e-o-rima/>, 10 de junho de 2020. é um passo obrigatório para o público, mas não deliberativo para o licenciamento, cabendo a órgão governamental decidir sobre a aprovação. Como o EIA é de acesso restrito, frequentemente o acesso da população à informação escrita se restringe ao conteúdo do RIMA. Mesmo assim, quando ficar tensionada, a audiência pode ser um importante incentivo para mobilização de resistência.

um dos antropólogos) em equipes chamadas para agir em obediência à legislação em torno das intervenções pretendidas e realizadas ao longo do Rio São Francisco. O trabalho sempre envolvia negociações complexas, dentro das próprias equipes, com os gestores, e com as populações impactadas, mas aqui o realce é sobre os usos e articulações entre ambiente e identidade de populações, no conjunto das ações realizadas, criando um cenário complexo e as vezes contraditório de repertórios confrontacionais (TILLY, 2008)⁸.

Saber que a defesa de uma legislação mais rigorosa a favor das pessoas impactadas tem que passar sempre por Departamentos de Ambiente já sinaliza que gestores se sentem mais à vontade lidando com o ambiente de que lidando com pessoas. As suas equipes de assistentes sociais e raras psicólogos se aglomeram nesses departamentos, criando ações subsidiárias à execução do projeto que obedece os ditames da modificação do ambiente proposto pelos setores de engenharia e execução, levando aos incômodos institucionais de funcionários nos setores mais “sociais” viverem a dubiedade de simpatizar com os impactados, mas de ter que “vestir a camisa do projeto” e convencer a população que, ou será beneficiada, ou será mitigada justamente, mesmo sem a instituição ter os meios ou objetivos prioritários de realizar tal façanha.

O caminho da resistência à implantação desses projetos que danificam o ambiente e a população envolve um agenciamento identitário de etnias e grupos sociais que estão no caminho dos projetos de desenvolvimento articulado com uma aquinhoadada consciência expressamente narrada do ambiente histórico onde residem e de uma articulação externa à instituição gestora do projeto nas diversas instâncias “de fricção” que compõem o processo, acionando variadas práticas nos seus repertórios confrontacionais. Na medida do possível, a instituição procede com o enquadramento destes elementos mais sociais (a palavra “**étnicas**” não costuma ser do seu agrado) através da sua predefinição preferencial, realçando controle de ambiente (ainda problemático, mas aparentemente mais controlável tecnicamente que o povo).

Itaparica

A CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) estava bem adiantada na construção da barragem de Itaparica quando, em 1987, elaboraram termos de referência para um estudo da “Avaliação do Reassentamento da População Rural de Itaparica” para acompanhar a relação das famílias atingidas pela barragem (sem incluir diretamente as cidades). Consultaram à Fundação

⁸O uso da ideia de *repertórios confrontacionais* vem sendo empregado atualmente por pessoas que estudam a resistência ao projeto de energia nuclear no município de Itacuruba (atingido pela barragem de Itaparica), e agradeço a Vânia Fialho e a Whodson Silva por sugerir a sua relevância para toda a área do sub-médio São Francisco.

Joaquim Nabuco (FUNDAJ) se pudessem realizar a ação durante um período de 18 meses. Em obediência à legislação, eles tinham contratado alguns anos antes o estudo de salvamento arqueológico encabeçada por Gabriela Martín Ávila, e com a participação de Marcos Albuquerque, arqueólogos da UFPE integrantes então do Departamento de História. Neste estudo a antropóloga Judith Hoffnagel tinha realizado os levantamentos diante das populações indígenas atuais na área a ser atingida em relação a patrimônios culturais existentes, não havendo pedido para ver comunidades negras. O novo estudo proposto, sobre a mudança da população, seguiu orientações que vieram do financiador, o Banco Mundial, também em resposta às demandas na legislação. As coordenadas do estudo desejado foram elaboradas por uma equipe internacional que incluiu uma forte contribuição do consultor antropólogo Daniel Gross, antropólogo ecológico norte-americano que havia estudado a produção de sisal no Nordeste do Brasil.⁹ Neste período o Brasil vivia numa efervescência democrática para elaborar a constituição democrática de 1988, acompanhado por brutais dificuldades no controle da economia com altas taxas de inflação.

A FUNDAJ encaminhou a demanda para o chefe do Departamento de Economia, Dirceu Pessoa, que perguntou ao Professor Roberto Motta, que era da FUNDAJ e da UFPE, se ele se interessava ou se sabia de alguém que pudesse trabalhar junto com ele, pois o projeto exigia formalmente co-coordenação antropológica. Foi o Professor Roberto Motta, que tinha sido uma pessoa chave em me inserir na Universidade Federal de Pernambuco, que, sabendo dos meus interesses, já disse que achava que o projeto cairia como luva em mim sendo sobre população rural, desenvolvimento e migrações. E de fato, Dirceu Pessoa¹⁰, conhecedor exímio das dilemas da seca do Nordeste e com alta sensibilidade e valorização de trabalho de campo e conhecimento antropológico, e eu elaboramos juntos um projeto de acordo com os termos de referência que orientaram dividir a área atingida em sub-áreas cujas histórias estavam marcadas de acordo com as diferentes sistemas locais de articulação e gerenciamento de águas e irrigação e de trabalho em fazendas no entorno do rio que viraria lago. Como ainda tinha boa parte de um ano antes da previsão da abertura das comportas (ARAÚJO et. al, 1990) o projeto permitiria acompanhar o processo de reassentamento da população com conhecimento das suas condições prévias de vida. Além de toda a documentação do processo, tínhamos o papel de acompanhar as mesas de negociações entre a

⁹ Na página <https://jornalggn.com.br/politicas-sociais/como-o-banco-mundial-quebrou-sua-promessa-de-protger-os-pobres/>, acessado em 17 de junho de 2020, há o seguinte parágrafo: Daniel Gross, um antropólogo que trabalhou como consultor e funcionário do banco durante duas décadas, conta que órgãos internos de fiscalização das salvaguardas têm “um lugar na mesa” nos debates sobre quanto a instituição deve fazer para proteger as pessoas. Mas, em meio ao esforço pela realização dos projetos, eles são frequentemente ignorados e pressionados para “jogar o jogo e cooperar”.

¹⁰Entre outras produções de Dirceu Pessoa, há A Seca Nordestina de 79-80. Fundação Joaquim Nabuco: Recife, 1983.

equipe gestora da CHESF e o Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco, que representava ativamente trabalhadores e agricultores da população da região, que existia em função das efetivas confrontações arquitetadas pelos sindicatos rurais para resistir à devastação dos seus espaços de vida e de trabalho. Além de passeatas e bloqueios de vias de transporte, o Pólo, composto por sindicatos em áreas atingidas pelo projeto, já havia paralisado a construção por alguns dias, ocupando o canteiro de obras para forçar definições mais claras e explícitas de recompensas e cálculos, numa ação bem documentada por movimentos populares e numa dissertação de mestrado em sociologia que virou livro de Maria Lia Correia de Araújo (PANDOLFI 1986). Quem iria aprovar os nossos relatórios sobre o processo de traslado e reassentamento era o próprio Departamento de Meio Ambiente (DMA) da CHESF, pois assim determinaram os financiadores.

Detalhar a composição e as mudanças da equipe foge aos propósitos plenos deste trabalho, mas é importante ressaltar alguns detalhes que ilustram a complexidade interna do trabalho. Convidei para me auxiliar na condição de pesquisadora e supervisora de campo a Professora Maria Auxiliadora Ferraz de Sá, antropóloga que focou relações de poder e o novo coronelismo na região, (SÁ 1974) com título de mestra em sociologia sob a orientação de David Maybury-Lewis, antropólogo de Harvard University, através da cooperação que ele realizava junto à Fundação Ford na institucionalização do Programa Integrado de Sociologia e Economia (PIMES), da UFPE. Nem ela, nem eu, mantínhamos outros vínculos com a FUNDAJ¹¹. Depois da aprovação do nosso projeto, porém antes de iniciar o campo, Dirceu Pessoa foi chamado para ser Secretário Executivo do Ministério de Reforma Agrária, e, pelo seu conhecimento da área, no seu lugar assumiu a socióloga Maria Lia Correia de Araújo, que, junto com a coordenadora executiva Rosa Amorim, também do Departamento de Economia, com pesquisadoras funcionárias responsáveis Magda de Caldas Neto e Ana Elisa Lima. Como ser diretor de departamento ou funcionário da FUNDAJ não combinava com o desenho de pesquisa que implicava em residir direto no campo, foram alunos do curso de mestrado em antropologia da UFPE que ficaram no campo e produziam diários e observações, previsto no projeto para serem contratados com remuneração calculado em mil dólares por mês. No decorrer da pesquisa houve uma transformação da metodologia na qual, ocasionado pela combinação da aproximação da hora de enchimento do lago/reservatório, a ampliação de custos dos pesquisadores decorrente da inflação, as dificuldades de administração de quatro residências

¹¹Eu tinha sido estudante do Curso de Especialização em Métodos e Técnicas de Pesquisa Social no antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais no Recife em 1972, e voltei à agora Fundação Joaquim Nabuco no Departamento de Antropologia em 1976 a 1978 como estudante doutorando da University of Texas at Austin, tendo deixado em 1978 para ingressar no corpo docente do Mestrado de Antropologia recém formada no Departamento de Ciências Sociais da UFPE.

alugadas para os pesquisadores antropólogos em locais distintos no sertão, e, muito importante, a menor alinhamento da nova coordenação interna da equipe com metodologias antropológicas inicialmente elaboradas. Houve diminuição da pesquisa mais propriamente etnográfica, substituída por uma ação nos últimos meses de aplicação, mais pessoal e tecnicamente controlável, de um questionário para gerar mais informações quantitativas e permitir estadas menores em campo. O que destaco aqui é que é uma equipe multi-disciplinar, com participação exigida de antropólogo(s), mas as condições de execução institucionais e disciplinares, sem ofuscar significativamente o aporte do conhecimento antropológico, favoreceram um desfecho final fortemente inclinada para a perspectiva sociológica.

É nestas condições que reflito agora sobre as questões de ambiente e de etnia e a sua relação com resistência a grandes projetos. Quando a equipe FUNDAJ entrou no processo a convite da CHESF, não era somente a construção da barragem que estava em estado muito adiantado. Um estudo de avaliação ambiental tinha sido feito. O cadastro de todos os impactados previstos também. O valor das suas benfeitorias tinha sido calculado. E uma grade de “escolhas” de reassentamento determinada, incluindo principalmente 1) sete grandes projetos especiais de reassentamentos (especiais e na borda de lago) em complexos de agrovilas dispersos em terras desapropriadas pelo sertão, para abrigar meeiros, posseiros e assalariado rurais) (60% da população “optou” por essa, 2) soluções próprias (recebimento de indenização e autonomização do impactado, em torno de 10%, principalmente os que tinham maiores patrimônios), 3) vários projetos específicos propostos por grupos independentes impactados, negociados individualmente para se tornarem autônomos logo em seguida (ver SCOTT 2009; ARAÚJO et. al. 2000).

Sabendo que as terras férteis na beira do rio ficariam inundadas, tirando da região a sua condição de ter uma das maiores taxas de atividade econômica (espelhada numa figura em torno de apenas 3% de desempregados), a ideia era que nos novos locais se casaria a tecnologia de implantação e gestão de projetos irrigados, tão bem sucedida na região de Petrolina e Juazeiro pós-barragem de Sobradinho, e investir em reassentamento em terras identificadas com melhores condições edáfico-climáticas de suportar agricultura irrigada. Este processo criou novos atingidos entre os que residiam previamente nas terras destinadas aos projetos, expandindo o impacto da obra! Os panfletos distribuídos para a população e para interessados no projeto clamavam “uma mudança para melhorar” com imagens semi-edênicas traçados por arquitetos e pontuados com imagens de gaivotas voando, fincados num ideário de estar criando pequenos empresários rurais e de estarem erradicando trabalho assalariado e de meação.

Era uma gestão de ambiente que, dando margens a uma diferenciação social interna entre impactados, e dentro do possível, dando preferência à manutenção de proximidade nas novas moradias a pessoas que moravam na mesma vizinhança de origem antes, pretendia inserir uma população diversa, agora indiferenciadamente identificada como reassentados, potencialmente pequenos empresários, em ambientes que operavam sob uma “moralidade técnica” (SCOTT 2020 no prelo) regida pelo controle humano modernamente tecnologizado de fluxo de águas para organizar um plantio que antes dependia de variações sazonais de níveis e fluxos das águas do rio, que fertilizava as vazantes¹². A variação entre os grupos humanos reassentados (pouco percebido como etnias nesse momento histórico) seria homogeneizada pela referência a pequenos empresários rurais que se orientavam pelo relógio para a lavoura, e não pelas condições ambientais sentidas diariamente. Não foi um sucesso. O malgrado deste projeto de controle do e pelo ambiente, jazia em estudos apressados dos ambientes a receber as pessoas, casando sensoriamento remoto com limitadas verificações locais terrestres sobre pedregosidade e salinização, com erros técnicos e atrasos na implementação dos sistemas de irrigação, alguns nunca chegando a produzir. Tudo isto resultou no abandono do recebimento dos projetos acordado para o quinto ano pós-reassentamento pela CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) em razão dos erros técnicos, desautorizando os gestores consorciados e a CHESF enquanto administradores de projetos de irrigação (relatado em SCOTT 2009). A resposta principal da CHESF, já sentindo que na esfera de executores de Grandes Projetos de Investimentos aumentaria cada vez mais a pecha de ter criado um projeto financeiramente pouco viável devido aos altos custos “sociais” por reassentado, foi que a própria CHESF existe e tem alta competência para gerar energia, não para projetos de produção agrícola irrigada, que caberia à CODEVASF.

O projeto de acompanhamento do reassentamento tinha se baseado na diferenciação de sistemas produtivos e de gestão de água e de trabalho ao definir quatro sub-áreas de investigação, muito mais de que questões de etnicidade. Duas “complicações” étnicas tinham sido “resolvidas” administrativamente desde antes dos termos de referência: 1) o povo indígena Tuxá, cujo reassentamento estava sendo discutido junto a FUNAI e não pelo Pólo Sindical, foi objeto de um estudo separado, associado ao nosso acompanhamento geral, e realizado por Rita Melo (ex-mestranda de Antropologia da UFPE) radicada em Campina Grande e 2) um grupo pequeno de indígenas que residiam em alguns espaços não administrativamente indígenas na beira do rio

¹²Guardada a grande diferenciação em histórias e configurações locais, o modelo, pela sua ênfase na importância de técnicas de gestão de água, me suscitava a lembrança das técnicas hierarquizantes e involutas descritas por Geertz em “Agricultural Involution” (1963).

mudaram para Inajá num projeto especial que, em articulações locais, deu reforço para a reemergência étnica do grupo Pipipã (GONÇALVES 2019, GONÇALVES et al 2018). Mesmo que tenha havido reconhecimento da existência de grupos de “pretos” em diversos locais ao redor do reservatório, e em especial em Itacuruba, tal fator não entrou no equacionamento de “populações diferenciadas” a serem contempladas independentemente pelo projeto¹³. O resultado foi sobretudo uma fragmentação do povo indígena Tuxá, ficando um grupo nas proximidades do lago, outro a mil quilômetros em Ibotirama, e o afastamento dos Pipipã residentes na área atingido, e um silêncio sobre a população negra “Negros de Gilu” dispersa, mas que voltou ao município de Itacuruba para conseguir reconhecimento como comunidade quilombola mais que uma década depois. .

A negociação entre a CHESF e o Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco condensou movimentos sociais nacionais e internacionais, agências humanitárias e de ajuda estrangeiras, a igreja progressista, ONGs e organizações sindicais em defesa dos direitos dos reassentados a uma compensação justa, sintetizada na reivindicação de “Terra por Terra na Borda do Lago”. Sobre o ambiente, a equipe que negociava em nome da CHESF insistia que a sua escolha de ambientes mais distantes para os grandes projetos especiais de reassentamento obedecia critérios técnicos de conhecimento de agrônomos de fertilidade do solo e potencial para produção. Apresentavam a sua argumentação como melhor informado ambientalmente que os argumentos dos associados ao Pólo Sindical que queriam seguir a orientação de receber “terras inférteis, imprestáveis para agricultura”, na “borda do Lago”.

No primeiro encontro com a liderança do Pólo Sindical, a equipe me esclareceu que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais não tinham condições de contar com os indígenas nas suas reivindicações por esses grupos disporem da invejável condição¹⁴ de ter uma entidade governamental para representá-los, coisa que não acontecia com os agricultores e trabalhadores, que localmente se dividiam entre as categorias de trabalhadores rurais, meeiros, pequenos proprietários e posseiros. Deu para compreender melhor ainda a hostilidade à negociação que reconhecia identidade étnica, ao constatar que alguns posseiros na liderança do sindicato terem

¹³Bezerra (2007) resume a situação de um dos grupos mais conhecidos, “Em 1988, toda a comunidade ribeirinha de Itacuruba, incluindo os Negros de Gilu, teve que ceder seu espaço territorial à formação do Lago de Itaparica, para funcionamento da Hidrelétrica Luiz Gonzaga, construída pela CHESF. Os reassentamentos ocasionaram dispersão de populações, cuja desterritorialização atingiu integralmente os Gilus, ameaçando a perpetuação desse grupo étnico. Depois ocorreu o fenômeno do retorno à Nova Itacuruba de treze famílias dos Gilus que haviam sido reassentadas em Jeremoabo-BA e que, em situação mais precária que a de antes da barragem, deram início à emergência identitária para a reivindicação de um território à União. (sem página, resumo)

¹⁴Os resultados para os indígenas evidentemente desmentem haver tido vantagem com a presença de uma instituição governamental especificamente voltada para eles.

terras, dos mais férteis, dentro do Território Indígena Pankararu e estarem envolvidos numa disputa aberta sobre o domínio dessas terras.

Finalizado o acompanhamento do reassentamento com fortes conclusões sobre ajustes necessários, nos próximos anos a nossa equipe se envolveu em diversos projetos junto ao Pólo Sindical que foram importantes no reforço do nosso já conhecido protagonismo dos direitos dos reassentados, e que levaram a ouvir de gestores da CHESF, em mais de uma ocasião, pública e particular, que o trabalho da UFPE levado a frente por mim e minhas equipes era o trabalho do “inimigo que nos critica, o que é uma necessidade”. Uma mistura de alinhamento e desalinhamento em tensa convivência, aquilo que a antropóloga Anna Tsing (2004) denomina de “fricção” como fundamental para as coisas andarem!¹⁵ Nas conclusões deste trabalho discutimos comparativamente a relação das condições do reassentamento de Itaparica com duas outras articulações entre ambiente e etnia historicamente em que tivemos equipes de antropólogos trabalhando ao longo do Rio São Francisco, Riacho Seco e a Ilha de Assunção.

Riacho Seco

Depois de duas décadas, já em 2008, a conjuntura histórica se tinha aberto para políticas de cidadania indígena e negra, com o reconhecimento de territórios indígenas e de comunidades quilombolas por instâncias governamentais e uma muita expressiva e visível (re)emergência étnica (OLIVEIRA FILHO 1999). Pressões de grupos étnicos, frequentemente atingidos por projetos promovidos por governos anteriores e também pelo atual que enfatizava aceleração de crescimento, se articularam com esferas governamentais com setores favoráveis ao seu reforço, contribuindo para iniciar processos de criação de Programas de Educação Intercultural Superior, fundamentadas na LDB 9.394 de 1996 onde se inclui interculturalidade, com elaboração de material didático etnicamente específico para uso nos níveis educacionais fundamental e médio, com políticas específicas de saúde indígena inseridas também numa ênfase na interculturalidade, com a formação de museus indígenas gestados por indígenas e interativos com a comunidade local tinha iniciado, e também com a presença da Fundação Cultural Palmares criada para reforçar identidades culturais diversas desde a elaboração da Constituição de 1988, saía do relativo anonimato e se tornava cada vez mais ativa, assumindo a função formal de se aliar com os objetivos do movimento negro e reconhecer comunidades quilombolas, depois do qual o INCRA trabalhava para elaborar uma gestão fundiária coletiva visando reforçar a governança da identidade coletiva pelo caminho duplo de

¹⁵Tsing é evocada para ajudar na interpretação das práticas de liderança do Povo Tumbalala, parte do cujo território foi escolhido para um projeto especial de reassentamento em outra dissertação do Programa de Antropologia da UFPE. (GRIMALDI 2013).

“regularização” e de “gestão territorial.”. Nestas condições, e ainda com alguns retrocessos e muitas confrontações, expulsão de posseiros, retomadas e outras ações de protagonismo étnico, grupos indígenas e quilombolas conseguiram ser reconhecidos e alguns demarcaram seus Territórios. Coadunado com este processo, o Ministério de Desenvolvimento Agrário desenvolveu o Programa de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) voltado para mulheres rurais sob a coordenação de Andrea Butto Zarzar, integrante de FAGES mestra orientada por mim¹⁶. Havia bastante sintonia entre as Secretarias de Promoção de Equidade e Igualdade com a Secretaria Nacional das Mulheres (SPM) e as políticas associada a raça e etnia.

No mesmo período a legislação ambiental tinha se consolidado, exigindo mais rigor em Estudos de Impacto Ambiental, (especialmente quando comparada com a normatização mínima de tais avaliações no período pré-Sobradinho - ver BARBIERI 2004). A legislação recebia cada vez mais explicitamente, a inclusão de comunidades ribeirinhos, negros e indígena, (sob a categoria abrangente de “comunidades tradicionais” (eticizados ou não)¹⁷. Ganhando espaços Institucionalizados no governo, além dos indígenas e a atuação de FUNAI se somaram os esforços de SEPPIR e a Fundação Cultural Palmares, para favorecer aspectos étnicos dos seus pertencimentos. A aplicação de políticas sociais (sobretudo de transferência de renda) aumentou a interação direta e legitimada destas populações, de instituições do governo, de organizações não-governamentais e de pesquisa.

A antropologia da UFPE havia crescido em professores dedicados a estudos étnicos com a inclusão do NEPE (Núcleo de Estudos e Pesquisas de Etnicidade), coordenado por Professor Renato Athias e com participação de Professora Vânia Fialho, bem como o Professor Peter Schröder (indígenas) e Professor Frei Tito (Bartolomeu de Medeiros) (quilombolas e religiões afro-brasileiros) e, sem ser do núcleo, mas com a presença da Professora Salete Cavalcanti (populações rurais e

¹⁶Posteriormente se doutorou com uma tese em sociologia intitulada, “Movimentos Sociais de Mulheres Rurais: a construção do sujeito feminista”, tese de doutoramento em sociologia, UFPE, 2017.

¹⁷ No quadro da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) instituída em 2003 pelo Presidente Lula, em reconhecimento à sua relação com assinatura nacional em vigência desde a publicação da Convenção 169 da OIT em tempos da elaboração da constituição, a ideia de uma política de povos tradicionais é descrita na página <http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Povos-e-Comunidades-Tradicionais> (acessado em 16 de junho de 2020) que informa “No Brasil, esse público passou a integrar a agenda do governo federal em 2007, por meio do Decreto 6040, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República. Carla Siqueira, em nota particular, realça que desde o tempo do EIA de Riacho Seco, a forma de tratar esta questão vai mudando e atualmente existem os Componentes Quilombola e Indígena, que são peças a parte ao EIA, com conteúdos determinados pelas instituições responsáveis (FCP e FUNAI) e avaliados por elas desde 2012 ([http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Boletim%20de%20Servicos/2012/1%20-%20Separata%2001%20de%2010-01-12%20\(IN-Lic%20Ambiental%20\).pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Boletim%20de%20Servicos/2012/1%20-%20Separata%2001%20de%2010-01-12%20(IN-Lic%20Ambiental%20).pdf)) inclusão. Isto dá um grau de autonomia às etnias, mesmo que limitada, e contribui para preocupações de gestores do possível insucesso das suas tentativas de obter licenciamento.

quilombolas) cuja dissertação de mestrado sobre Talhado no Museu Nacional (UFRJ) em 1975 foi entre os primeiros estudos plenamente etnográficos de comunidades negras no Nordeste. Já o trabalho com grupos indígenas foi muito além de estudos etnográficos *in situ*, refletindo a história de práticas engajadas do Professor Athias incorporando muitos discentes e uma política de apoio a Associações Indígenas geridas por elas mesmos, com programas diferenciados de atenção à saúde indígena. Houve um trabalho colaborativo do FAGES com o NEPE através de pesquisas comparativas de políticas de saúde em áreas urbanas, rurais e indígenas no final dos anos 90 que desembocou na ampla pesquisa “Estilos Reprodutivos e Organizações Representativas”, financiada originalmente pelo CNPq, com apoio da Fundação Ford no início dos primeiros anos de 2000. .

Nos trabalhos descritos, bem como num trabalho que viria depois, sobre Violência contra Mulheres em Áreas Rurais (com apoio do SPM e CNPq,) entre 2010 e 2012, colaborávamos diretamente com o Pólo Sindical de Sub- Médio São Francisco. Neste mesmo tempo o Professor Athias geria o trabalho de pesquisa e atendimento de uma instituição internacional, Saúde Sem Limites, reforçando as demandas próprias de saúde indígena e questões de saúde reprodutiva. E no mesmo período continuou havendo um estímulo à criação e estudo de Museus Indígenas na UFPE. A experiência de Itaparica junto com o aporte de pesquisadoras interessadas numa perspectiva feminista de gênero tinha contribuído há mais que uma década para a modificação da denominação do núcleo, grupo de pesquisa de CNPq, que eu coordenava, passando de “A Família no Nordeste” para “FAGES”, Família, Gênero e Sexualidade, reforçando as suas ações de protagonismo, com linhas também de saúde e de equidade social em desenvolvimento. Eu, junto com [a] Professora Judith Hoffnagel, havia alguns anos agíamos como representantes de FAGES no Programa Proequidade de Gênero e Raça, lançada em 2007 pela Secretaria Nacional da Mulher (SPM), que premiava com um selo reconhecedor para grandes firmas que desenvolviam práticas e políticas de emprego favoráveis a equidade de gênero e raça, e a CHESF tinha um Comitê de Gênero muito ativo e premiado, coordenada pela psicóloga e assessora de comunicação social, Ivana Rizvi, junto ao gabinete da presidência. Em 2010 FAGES, que ficou entre os pioneiros dos Cursos de Gênero e Diversidade na Escola nos anos anteriores (SCOTT et. al. 2009) da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério de Educação) com participação da Secretaria Estadual de Pernambuco, fundamenta a inclusão no Curso de Gestão de Políticas de Gênero e de Raça, desenvolvido pelo CLAM da UERJ com apoio da SPM, da SEPIIR e da OIT, e uma das nossas turmas incluía lideranças de movimentos sociais na região do sertão (Petrolina e Juazeiro e municípios próximos). Com o apoio da Secretaria Estadual de Mulheres (Secmul-PE) e Fundação Estadual de Fomento a Pesquisa (FACEPE) também realizávamos pesquisa no sertão relacionado com os efeitos

da implantação do pólos de desenvolvimento na migração e na sexualidade e gravidez na adolescência, que nos levou a ter contato com sedes de Sindicato Rural, referências para a região.

Nesse período de quase duas décadas os projetos de FAGES vinham trabalhando com saúde, gênero e geração, inserindo tais temas em políticas de organizações representativas em contato com gestores para direitos de populações específicas urbanas, rurais e indígenas – concentrado no Ibura no Recife, Reassentados de Itaparica e Indígenas Pankararu). Fazia questão de sistematicamente incluir comunidades reassentadas em Itaparica nos meus estudos, frequentemente se estendendo aos indígenas.

Estas ações renovaram regularmente a sinergia entre nosso Núcleo, educação e os movimentos sociais (SCOTT 2016, SCOTT et al 2009)¹⁸. O número de discentes, tanto nestes cursos quanto, ainda mais, na UFPE, formadas e em formação, que se dedicavam a estudar e a se envolver de forma comprometido com populações indígenas e populações negras e também com grupos feministas, ampliou muito. Egressos do programa vinham se envolvendo profissionalmente em posições de protagonismo e governança de políticas sociais de cidadania, de gênero e de patrimônio.

Estávamos em sintonia com algumas ações muito visibilizadas também pela sua origem no Museu Nacional e pela sua atuação em amplas redes nacionais e internacionais, nas quais se articulavam com o Nordeste do Brasil. O protagonismo antropológico nacional vinha se evidenciando com metodologias internacionalmente articuladas e presentes nas comunidades do Vale do São Francisco: a cartografia social com elaboração de cadernos descritivos do território pela própria população de moradores de um território mobilizada em muitos locais que estavam ameaçados por projetos privados e públicos de desenvolvimento (ACSELRAD 2008; ALMEIDA 2020)¹⁹, de um lado, e uma intensificação de registro documental e sistematização no atlas indígena do Nordeste, existente desde os anos 90 (OLIVEIRA FILHA e LEITE 1993), de outro. Ambas as ações, e em especial a cartografia, incentivaram os indígenas a refletir sobre como ocuparam os espaços locais, e conseguiram subsidiar a documentação de tradições legitimadoras de direitos associados à identidade étnica territorial. A metodologia de registros e mapas somou muito positivamente ao repertório confrontacional, justamente por intersectar bem como o discurso ambiental tão frequentemente acionado para gestar as práticas do Estado. O Atlas contribui muito para que antropólogos formados fora do Nordeste também conseguissem se integrar a programas em

¹⁸O conjunto de trabalhos nessas fontes documenta a interligação gênero, raça e etnia.

¹⁹Na página da Nova Cartografia Social na Amazônia (novacartografiasocial.com.br acessado em 16/06/20)) a multiplicidade de formas de divulgação está bem documentado e há acesso a muito material: “Os gêneros textuais produzidos no âmbito do PNCSA podem ser subdivididos em: fascículos, boletins, cadernos, livros, reports, catálogos, mapas sínteses e mapas situacionais.”

expansão no programa de REUNI para fortalecimento do ensino superior, e a cartografia permeou a prática de muitos dos docentes, independente das suas origens de formação.

É nesta conjuntura que fui contatado por um engenheiro arquiteto, P. V.²⁰, da firma BrasilEncorp, que, sob diferentes denominações e respectivos CNPJs, realizava (e realiza) em colaboração com ENGEVIX e outras instituições, diversos projetos junto à CHESF, para ser o antropólogo coordenador da parte do estudo de comunidades tradicionais numa equipe que realizaria o EIA para o licenciamento da barragem de Riacho Seco, entre Itaparica e Sobradinho. Ele vinha de uma experiência muito recente de envolver uma equipe disciplinarmente mista com outros antropólogos no EIA para o licenciamento das duas barragens de Riacho Seco e Pedra Branca, entre os quais a Professora Vânia Fialho e colaboradores discentes e profissionais associados a UFPE, à UPE (Universidade de Pernambuco), ONGs promotoras de cidadania, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e, através da pesquisadora Jacirema Bernardo, o Centro Josué de Castro. A equipe me alertava sobre as exigências descabidas da BrasilEncorp, da CHESF e do ENGEVIX (pelo nosso entendimento, este último, em colaboração estreita com os dois parceiros, é quem formalmente encomendava o trabalho, de modo a não invalidar a participação posterior da CHESF no leilão da obra). Reunidos no decorrer do trabalho, e apressados para adiantar a aprovação, pediram à equipe anterior para considerar um estudo parcial que não abrangia por completo todas as populações como o estudo final²¹, A descontinuidade desse trabalho teve, no mínimo, dois desfechos. Primeiro, com a desistência da colaboração, os gestores que encomendaram o projeto decidiram dividir o trabalho (uma prática estratégica em planejamento de EIAs) retirando Pedra Branca do estudo, pois, como me explicaram várias vezes depois, estavam achando que as demandas numerosas e taxativas dos indígenas e quilombolas, atizados ainda mais pela inclusão no projeto de transposição e orientados por integrantes do movimento negro (refletidos no conteúdo do relatório em preparação pela equipe, bem como pelos próprios grupos) e projetados para serem atingidos por Pedra Branca serviriam como impedimentos de aceitação da barragem²², enquanto o número de indígenas

²⁰Preferi usar nomes completos de antropólogos e autores públicos de trabalhos, mas apenas usar uma abreviatura criada para referir aos outros agentes no processo.

²¹ A primeira equipe desistiu tanto pela restrição à completude necessária do trabalho, quanto pela restrição proveniente da normatização “ambiental”. Formalmente o estudo exigido era de apenas considerar grupos diretamente atingidos – que se localizavam dentro da área circunscrita por uma linha de três quilômetros de extensão que definia quem área “direta, e de não considerar os “indiretamente atingidos” para ações mitigadoras. Esta prática é canonizada nas orientações dos gestores gerais dos estudos termina excluindo populações atingidas frontalmente das considerações e desconsidera vínculos sociais e espaciais entre as populações.

²² Na exclusão de Pedra Branca do plano (pelo menos por enquanto), é impossível desconsiderar as razões técnicas sobre riscos de assoreamento, limitado aumento de quilowatts gerado e balanço de custo e benefício para a empresa. Nesses custos se adiciona a alta probabilidade de perdas provenientes de publicidade negativa que seria divulgada pelas redes colaborativas das populações impactadas, e o simples risco de investimentos perdidos com ações embargatórias da obra.

organizados e quilombolas na área atingida por Riacho Seco era menor e mais distante dos planos da transposição. Segundo, a estreita colaboração entre os integrantes da equipe que estavam saindo e a inclusão de novos antropólogos cujos preceitos éticos se coadunavam com os deles, iria assegurar que o estudo de antropólogos não fosse encomendado a um grupo desqualificado na área, sempre uma desconfiança que paira sobre a relação da antropologia com estudos associados à implantação de projetos de desenvolvimento.

Na primeira reunião de conhecimento da equipe depois da aceitação do convite tive a feliz surpresa de encontrar, como integrante da minha pequena equipe, a colega antropóloga, Carla Siqueira Campos, uma mestra da UFPE que havia pesquisado os Fulni-ô e agora profissionalmente na região se dedicava a compreender etnograficamente, através do Centro Luiz Freire, as demandas de quilombolas do sertão para inclusão social em políticas de assistência, usando a metodologia de cartografias sociais. Ela conhecia de perto as comunidades quilombolas da região e suas grandes diferenças de coesão interna e reivindicação identitária. Havia mais uma meia dúzia ou mais integrantes, cada um responsável pelas suas áreas específicas²³. Sem detalhar mais, vários entraves organizacionais na relação entre as instituições que encomendavam o estudo e a BrasilEncorp levaram à rescisão do contrato da firma encabeçada por P. V., à desistência de alguns profissionais da equipe e à continuação do aproveitamento de outros (incluindo eu e Carla Siqueira) na formação de nova equipe organizada e supervisionada por J.D.B., engenheiro ambiental e ex-funcionário experiente e tecnicamente muito capacitado, da CHESF, associado ao Departamento de Meio Ambiente, com apoio de uma equipe administrativa que incluía assistentes sociais que visitavam o campo, com destacada presença de uma (L.M).

Como integrantes de uma equipe de um estudo de Impacto Ambiental eu e Carla estávamos inseridos num campo multidisciplinar sob a hegemonia do discurso ambiental, humano, não humano, e de objetos que marcavam significados sobre pertencimento a esferas tradicionais e/ou esferas de modernidade, progresso e desenvolvimento. A presença bastante regular em campo do assessor biólogo ambiental representante de ENGEVIX que era formalmente responsável pelo projeto, carimbava uma lógica, não somente empresarial, mais também ainda mais “ambiental” do que humana, como das mais legitimadoras do estudo. As apresentações sobre a tecnologia horizontal que seria usada para gerar energia, feitas em várias ocasiões pelo J.D.B. sempre vinham acompanhado por comentários visando convencimento da viabilidade, de que haveria menos água

²³ Seguindo a lógica “Meio físico, meio biológico e meio antrópico”, inclui itens como biologia – fauna e flora,, patrimônio, populações urbanas, economia, comunicação, estudo socioeconômico (cadastro), entre outros.

represada, e, conseqüentemente menos áreas inundadas e mais limitados impactos ambientais. Sabíamos que o nosso item no estudo seria o único que realçava as comunidades tradicionais, e ficou muito claro que essas comunidades tinham uma perspectiva de consciência aguçada dos efeitos do controle tecnologizada da gestão de água desde as mudanças nas correntezas de água e no processo de inundação das vazantes de Sobradinho e ainda da convivência pouca pacífica com os reassentados de Itaparica. Para eles, num local onde circulava pessoas e candidatos adeptos de movimento negros (incluindo com destaque para S.B. que era do sul do país e que articulava conteúdos do Movimento Negro e estabeleceu ligações duradouras com a região agindo sobre mulheres e raça), outros associados a pescadores tradicionais e aos sindicatos rurais, e outros associados ao Movimento de Atingidos de Barragens, a apresentação do projeto como contendo um baixo impacto ambiental não era confiável, pois a expectativa era de intensificar os danos do ambiente que sentiam já há décadas, agora de uma forma direta e imediata. Nas nossas visitas a comunidades ribeirinhas no município de Curaçá, bem como em três comunidades quilombolas no leste do município de Santa Maria da Boa Vista, os moradores locais queixavam do que vinha ocorrendo desde anos atrás. Visitas dos técnicos do projeto aos locais, sem conversas maiores, resultaram em fincar marcadores físicos de previsão de enchimento do reservatório em ocasiões diferentes e a níveis diferentes conforme as mudanças nas especificações técnicas da previsão das características das turbinas. Dessa forma, ia aumentando a incerteza sobre perdas futuras e articulando uma miríade de agentes da resistência à barragem, contando, inclusive, com a solidariedade dos antropólogos do estudo de comunidades tradicionais.

Voltando às condições de realização do estudo, talvez entre as coisas que mais incomodava à equipe era uma percepção compartilhada com a outra equipe que tinha se desvinculado do EIA anterior sobre Riacho Seco e Pedra Branca: o desenho técnico que dividia a área atingida em “diretamente atingida” e “indiretamente atingida” a partir de uma linha traçada, no caso deste projeto, na medição de três quilômetros da beira do rio, sem orientação acidentada geográficas nem por histórias de ocupação e uso humano geograficamente interconectados. Tal divisão técnica do ambiente implicava na obrigatoriedade de elaborar diferentes propostas de projetos, de ações de mitigação para as áreas diretamente atingidas, e de apenas sugestão de outros estudos para as áreas indiretamente atingidas, falseando grosseiramente os reais impactos: um ambiente interconectado, fragmentado por decisão técnica sobre o uso desejado dos recursos hídricos para geração de energia.

Não era apenas a incerteza sobre os impactos ambientais que incomodavam as comunidades. Era inquestionável que a área a ser atingida pelas águas da barragem de Riacho Seco

estava com grupos indígenas e quilombolas em menor quantidade conforme a lógica que tinha informado a retirada da área de Pedra Branca que continha o povo indígena Truká na ilha de Assunção e o povo Tumbalalá em Abaré/Curaçá da Bahia, ambos às voltas com efeitos de outros projetos. Na Ilha de Assunção onde passou uma linha de transmissão desde o reassentamento de Itaparica nos anos oitenta, e também se vivia intensa movimentação em torno da projetada Transposição do Rio Francisco, com um canal projetado para sair da ponta mais ocidental da sua ilha de Assunção e mexer com terras indígenas e quilombola em Orocó, próximo ao leste de Santa Maria da Boa Vista, onde se convivia com os reassentados do Projeto Fulgêncio. Houve um reassentamento de Itaparica (chamado “Pedra Branca”) que se apropriava das terras mais férteis dos Tumbalalá.

Restringir o estudo à barragem de Riacho Seco era um engano imaginar que não havia uma movimentação organizada e reivindicativa de identidade étnica, atizado em boa parte justamente pelas intervenções desenvolvimentistas energéticas anteriores na região que reconfigurava os seus domínios territoriais. Serrote, Inhahuns e Cupira, um trio de comunidades quilombolas na beira do rio e próxima a ela (na região “indiretamente afetada” mas numa bacia dos afluentes do rio) morava onde seria o canto de obras para a construção da infraestrutura para abrigar as turbinas. Todas estavam plenamente inseridas nas redes que protagonizam identidade quilombola, do Movimento de Atingido de Barragens e ainda de consciência de gênero com a inclusão de um capítulo num livro que documentavam e estudavam a importância de uma liderança feminina (ver, entre outros, FERRETTI 2013, SOUZA 2017). Estavam em processo de ativamente gerenciar os seus direitos territoriais (junto à Fundação Cultural Palmares e ao INCRA) e ainda comunicavam com algumas comunidades que estavam formando ações semelhantes de reconhecimento no lado baiano junto com lideranças políticas locais, como em Nova Jatobá. Eles, inclusive, recusaram realizar o cadastro proposto pelos planejadores, opondo-se à inclusão. Também havia populações indígenas dispersas e pouco numerosas com figuras de liderança notáveis separadas fisicamente, mas ainda ligadas aos seus grupos de origem. O mais expressivo dos grupos indígenas, altamente questionado na sua legitimidade pela administração geral do EIA e por partes da comunidade local e relacionada nas origens com o povo Atikum, estava ocupando uma fazenda em falência no lado baiano²⁴ e traçava a sua história em relação aos indígenas mais ao leste e norte com as quais tinham/tem, ligações diversas de parentesco e afinidade.

²⁴ O fato desse grupo indígena ocupar uma fazenda falida foi usada como alvo de crítica dos seus detratores, que comparavam aos sem-terra. Na região, a ação paralela à prática dos grupos de sem terra que, além de tentar aparelhar os seus assentamentos de infraestrutura com apoio do governo, também ocupavam fazendas em falência com mais frequência no lado pernambucano, havendo uma declaração repetida frequentemente, entre os que conheciam Santa Maria, que o município continha o maior número de comunidades de sem terra não somente no estado de Pernambuco, mas no país inteiro.

O relatório sobre populações tradicionais no Estudo de Impacto Ambiental ficou extenso e documentava tanto impactos sobre populações ribeirinhas cuja memória histórica de muitas gerações não estava traçada por caminhos de etnicidade mas incluía uma consciência ambiental significativa e, para muitos, uma inserção em movimentos sindicais muito cientes da história de resistência a barragens que desejavam perpetuar, comunidades de pescadores artesanais queixosos de modificações ocorridas na fauna do rio desde depois de Sobradinho, quilombolas e indígenas com fortes laços comunitários e engajados em redes de protagonismo identitário que os encaminhavam a uma vigilância cuidadosa das ações do Estado, tanto para se legitimar, quanto para se proteger de incursões nos seus territórios, no que chamei em outro lugar, seguindo Escobar (2008), dos seus *espaços de vida*, contrastado com propriedades que são territórios de espaços de produção e de lucro de outros agentes que competem para o uso dos recursos locais. A disputa sobre de quem é o ambiente, de como será gerido, amplamente informado por décadas de história, políticas sociais governamentais, e redes protagonizadoras contribuiu para formar um conjunto de opositores ferrenhos aos danos ambientais e impactos sociais de uma nova intervenção no Rio São Francisco, com grande realce no relatório de Comunidades Tradicionais no EIA. O fato dessas populações residirem e organizarem as suas moradias no ambiente local como um espaço para viver subsidiava uma diferenciação “moral” em oposição aqueles que desejassem que os seus espaço de moradia fossem convertidos em espaços subsidiários à produção de energia.

Nas etapas finais do trabalho a equipe do EIA, na sede da CHESF, com assessores externos convidados pela coordenação, em conformidade com a legislação, foi convidada a sugerir ações mitigadoras, cada profissional dentro das suas áreas de especialidade, pelos impactos previstos nos seus estudos. Além de constar no EIA, serviriam para subsidiar o RIMA que seria levado para discussão obrigatória em audiência pública realizada com a população. A discussão das ações mitigadoras durou vários dias com apresentações e discussões, e o relatório que eu e Carla tínhamos feito gerou uma lista longa de sugestões específicas, precedida por dois pedidos de mitigação no caso de não haver aprovação da obra – um trabalho de reparação de danos criados pelo ambiente psicologicamente inóspito produzido ao longo das décadas de preparação técnica prevendo a sua construção, e uma redistribuição das prioridades de tecnologias de geração de energia dentro da empresa devida às dimensões dos danos e ao esgotamento de potencial hídrico para gerar energia no Rio São Francisco e as repetidos danos a comunidades tradicionais.

Não fomos convidados a nenhuma audiência pública. Soubemos que a versão final do trabalho do EIA sofreu um corte de mais que 50 páginas de apresentação etnográfica sobre as tensões e sofrimento ocorridos a ribeirinhos, pescadores, quilombolas e indígenas devido a

mudanças ambientais anteriores e sua contribuição a uma presença generalizada de inquietação generalizada e à hostilidade aos planos de mudança do seu ambiente. Por isso, reparamos o corte da nossa redação, com expectativa de boa capilaridade, enviando os nossos relatórios originais às lideranças e pessoas dos povos da região para tornar conhecido a nossa posição e a documentação que tínhamos feito. Até hoje não houve aprovação em audiência pública, e, conseqüentemente, não houve licenciamento ambiental, um ponto de orgulho das comunidades organizadas da comunidade para quem construímos e geramos informações e solidariedade por muitas maneiras²⁵ incluindo o acréscimo das mitigações de não aprovação do licenciamento e a disseminação da versão completa do relatório, levando a incomodar planejadores e gestores.

Ilha de Assunção

Em 2012, portanto três anos depois da elaboração do EIA-RIMA para Riacho Seco, fui contratado por NE-Consult, outra firma que realiza estudos encomendados pela CHESF e outras instituições. Neste caso a CHESF, instada pela atuação do Ministério Público, legalmente teve que ter alguém capacitado para realizar a parte antropológica do “Estudo dos Impactos Socioambientais e de Valoração Econômico dos Danos Ambientais Causados pela Passagem da Linha de Transmissão Cabrobó/Pedra Branca 69kv na Terra Indígena Truká”. O diretor da firma, A.A., é engenheiro sanitário aposentado do CHESF, especializado em gestão de águas e acostumado a prestar serviços de consultoria, quase sempre para a própria CHESF. Teve o apoio de dois jovens especialistas em estudos ambientais, P.B. e S.H, biólogo, cientista ambiental e engenheira ambiental, respectivamente. Os poucos anos passados desde o outro estudo e o fato de eu ser antropólogo com habilitação legal para estudos ambientais junto ao IBAMA (formalizado desde os estudos anteriores) foram fatores para me colocar na coordenação do estudo ambiental da população indígena, havendo duas outras especialistas para documentar em relatórios as mudanças do meio biológico e de meio físico, bem como dois economistas encarregados de transformar todos os danos em cifras para a parte de “valoração econômica”. A decisão favorável do Ministério Público do pleito instaurado pelas lideranças indígenas com bastante autonomia em relação à FUNAI, já mostrava uma maturação do momento histórico do Vale do Rio São Francisco, em sintonia com as políticas vigentes nacionais, de aplicar demandas ambientais com associação e respeito a algumas questões de

²⁵Ferretti (2013) elaborou uma dissertação muito completa sobre o processo de resistência a Riacho Seco e a prática de aplicação de legislação ambiental, documentando com exímios detalhes exemplificações de práticas de dissimulação e desrespeito sobre o que chamamos de táticas de desmonte organizados por empreendimentos ansiosos da aprovar os projetos para produzir os seus produtos e ludibriar os atingidos (SCOTT 2012, 2013).

identidade étnica em ações protagonizadas pelos próprios grupos étnicos. Era exatamente na Terra Indígena da Ilha de Assunção, localizada dentro da área que iria ser atingida pela barragem de Pedra Branca (ou seja, a parte retirada do EIA-RIMA de Riacho Seco) que a Linha de Transmissão tinha sido erigida para atender a demanda de energia do projeto de assentamento Pedra Branca construída para reassentar os atingidos de Itaparica quase trinta anos antes. A derrubada da torre de transmissão no projeto de assentamento da CHESF construído nas terras mais férteis do povo Tumbalalá demonstrou o ressentimento histórico ainda ativo sobre a incursão da CHESF sobre os seus domínios. E no outro lado da linha de transmissão, onde passou pela Ilha de Assunção, outra torre de transmissão, menor, foi derrubada numa ação combinada de revolta contra CHESF e de disputas com lideranças não-indígenas no município de Cabrobó. A ação movida pela liderança indígena junto ao Ministério Público terminou sendo ganho e reconhecido formalmente pela CHESF, como direito a Indenização Residual aos danos nas suas terras como população atingida. Longe de ser uma demanda do setor elétrico para conseguir produzir e vender mais energia²⁶, esta ação foi um reconhecimento formal da responsabilidade de indenizar. A questão foi de dimensionar os danos e calcular o valor para pagar ao povo Truká. Eu lembrava da capa original (com uma bela imagem de uma torre de transmissão imponente) e o título esclarecedor da dissertação de mestrado do José de Carvalho Silva Filho, “A Besta Feira e as Águas de Baixo”, (1992), que tinha integrado a equipe do estudo de Itaparica e escrita uma dissertação orientada pela professora Giselia Potengy, tratando da demonização do processo de reassentamento nas representações do povo atingido desde aquela época!

A equipe desta vez era muito menor que as duas outras vezes. As duas pessoas especializadas em meio físico e no meio biológico realizaram estudos cuidadosos do uso de solo, de vegetação e da fauna na ilha num roteiro próprio de atividades. Na equipe antropológica, eu tinha orientado uma estudante de bacharelado de direito num trabalho de conclusão sobre a retomada das terras Truká, Gabriela Andrade, e a convidei para auxiliar no trabalho de campo. No trabalho de NEPE, Professores Renato Athias e Vânia Fialho também tinham orientado mestrandas que estudaram na área e tinham acumulado muito conhecimento sobre ela, mas não integraram a equipe. Mas a mestra orientada por Peter Schröder que estava cursando o doutorado em Sociologia (orientada por Paulo Henrique Martins e co-orientada pela Professora Vânia Fialho), Eliana de Barros Monteiro, recém concursada na UNIVASF, foi a pessoa mais capacitada e integrada com o povo Truká (MONTEIRO 2008), e ela concordou em trabalhar junto comigo, trazendo três alunos de graduação para ajudar na pesquisa

²⁶Mas se negada, com uma clara possibilidade de provocar outras derrubadas de torres de energia e impedir o fornecimento de energia ao reassentamento!

de campo, Thainã Barros, Eliane da Silva Ferreira e Rodrigo Wanderley. P.B., com uma sensibilidade para questões sociais e uma prática de trabalho de consultoria ambiental, fazia a ponte entre mim, as outras equipes e o atuante e presente diretor. Além da antropóloga Profa. Eliana e os estudantes, era ele [P.B.] quem mais acompanhou no campo todos os pesquisadores. Os relatórios do meio físico e meio biológico foram realizados em tempo paralelo ao nosso, e os economistas apenas entraram depois da identificação dos danos ambientais pelas equipes para calcular valores. Pelo lado da CHESF houve integrantes do Departamento de Meio Ambiente que vieram para uma reunião com a comunidade e, inclusive uma das assistentes sociais, L. M, que tinha estado figura muito presente no trabalho do EIA-RIMA de Riacho Seco também.

O estudo ambiental trouxe o desafio de compreender um ambiente de ilha que fazia parte de um pequeno arquipélago no Rio São Francisco, sendo a Ilha de Assunção muito maior que todos os outros (quase trinta quilômetros em extensão) e que abrigava diferentes usos do solo (sobretudo pasto e plantio irrigado de diferentes tecnologias), bem como vegetação nativa como áreas preservadas e de tanques de criação de peixes. A pesca artesanal foi notavelmente debilitada depois das mudanças nos fluxos de água atribuídas sobretudo à presença das barragens. Os sete quilômetros de linha de transmissão passaram por cima de diversas áreas de plantio na parte oriental da ilha, depois passando para o lado baiano e seguindo quilômetros adentro na caatinga até chegar no assentamento de Pedra Branca. A presença da linha levou ao controle de distâncias e das alturas de alguns tipos de plantio e limitava a presença de animais para pastar. Mas, sobretudo, ele representava um elemento estranho na comunidade porque saía da sub-estação da CHESF em terra firme em Cabrobó, passava pela terra indígena, mas não era para trazer energia à população local e sim ao povo no reassentamento compensatório de Itaparica, que estava distante dezenas de quilômetros sertão adentro, fincada na terra dos parentes, Tumbalalá.

A leitura étnica desta presença da linha transmissora no ambiente local foi ainda mais profunda que as simples restrições de uso localizado comum a linhas de transmissão. Os Truká nunca tinham recebido um centavo pela apropriação dos espaços para construção das linhas e pelos danos sofridos, não porque a CHESF recusava indenizar populações atingidas, mas porque a indenização foi paga a posseiros não-indígenas que, na hora da sua construção, criavam e plantavam na Ilha depois de expulsar os indígenas tanto através de operações de venda que particularizava a terra, quanto em ações truculentas repetidas que forçava a população indígena a ficar refém de esconderijos em outras ilhas ou em outras áreas de terra firme onde encontravam maior acolhida. E a CHESF, em função da decisão do Ministério Público, reconhecia que a Ilha era, de direito, dos indígenas, que haviam retomado a ilha a força numa série de ações de 1994 até o início dos anos

2000, solicitando um relatório de reconhecimento histórico que foi elaborado pela antropóloga Mércia Batista, da UFCG de Campina Grande (BATISTA 2004); Além de muitos outros conteúdos, o relatório documenta duas coisas: o seu uso histórico e sua identificação com espaços historicamente sagrados da Ilha e dos matos preservados que eram os ambientes reconhecidos dos ancestrais espirituais e suas forças na cosmologia étnica; e os meios ilegítimos usados pelos posseiros para se apossar da terra alheia. Foi essa documentação (de reconhecimento bem como de dissertações e trabalho de conclusão de curso) que fundamentaram a decisão do Ministério Público favorável aos Truká e orientou as nossas conversas com eles em campo, fazendo com que pudéssemos identificar um elenco de danos e pedir os cálculos sobre eles à equipe de valoração econômica. Uma vez tendo retomado a Ilha, os Truká conscientemente construíram reforçadores da continuidade da sua memória na forma de práticas rituais, produção de material pedagógico sobre a história indígena local, proteção das matas sagradas, e a formação de um Museu próprio que ajudava a fomentar, bem como ser fomentado por, uma liderança forte.

O desfecho da nossa intervenção poderia ter sido mais favorável, pois até agora o povo Truká não recebeu o valor que a nossa equipe calculou. As nossas desconfianças sobre as intenções da CHESF tinham sido levantadas numa reunião técnica reservada da equipe junto a técnicos da CHESF sobre a lógica de calcular os valores dentro da sede da Companhia. Achando que o nosso cálculo superestimava o valor ao qual os indígenas tinham direito, um técnico falou que pelas práticas do Sistema Eletrobrás, o valor indenizatório para qualquer grupo indígena não passava de cinco milhões de reais²⁷! Justificamos nossos cálculos, expondo com clareza cada elemento, e os nossos relatórios todos foram recebidos pela CHESF para tomar as devidas providências. Até hoje não se sabe quais as supostas justificativas técnicas pelo não encaminhamento da parte final do trabalho junto ao Ministério Público e o pagamento da indenização, e as nossas reivindicações de agilização estão sem surtir efeitos.

Algumas Observações sobre Ambiente e Etnicidade

Retomar o debate sobre justiça ambiental e insistir na importância da consideração de reivindicações dos grupos étnicos situados em locais atingidos por barragens seria visitar

²⁷ Este comentário revela com muita transparência as atitudes prevalentes de muitos planejadores e gestores diante de indígenas e de estudos dos antropólogos. Quando indígenas e antropólogos, mesmo munidos de sólidas justificativas, defendem a existência de uma ação impactante, uma área afetada ou ações reparatórias/de mitigação que ultrapassam a expectativa da empresa são refutadas, quando não taxadas de caluniosas e coisas do tipo. Os componentes indígenas/quilombolas devem se ajustar aos interesses da empresa, e não produzir as informações que a legislação preconiza, na lógica da empresa

argumentos muito bem estabelecidos (ACSELRAD 2008, 2010; ALMEIDA et. al. 2020; BURSZTYN 2001; CARRUTHERS 2008; LITTLE 2010; RIBEIRO 1991; SCOTT 2009, 2012; ZHOURI 2005, 2013; VAINER e ARAÚJO 1991; BARROS 1983; DUQUE 1982; FERRETI 2013; SILVA 1997; OLIVER-SMITH 1991, VERGULINO 1991, VIANNA 1992, MARTINI 1993) que foge da abrangência, muito mais específica, deste trabalho. Para acrescentar um reforço ao posicionamento sobre como o ambiente se insere nas práticas de negociação de grandes empreendimentos, Abramovay (2019) argumenta que rege uma economia de destruição que sintetiza a natureza em produtos mercantilizáveis em circuitos de negociações que fornecem ganhos de escala para os empreendedores.

Dito isso, o que quero contribuir com este trabalho é uma compreensão etnograficamente e historicamente informada sobre como, num conjunto específico de processos de negociação nas quais eu me envolvi como antropólogo, se configura uma transformação na relação entre empresa e atingidos com referência a práticas e uso de discursos sobre ambiente e sobre etnicidade. Algumas observações que faço são elegantemente analisadas em quadros sintéticos por colegas que acompanham e escrevem sobre este processo, e que certamente tiveram influência no meu olhar. Não volto a estes autores, nem introduzo os que não foram citados até aqui, preferindo fechar com observações tecidas sobre convergências e divergências entre as três experiências relatadas no foco ambiente/eticidade num período de quatro décadas (que bem poderia ser mais aprofundado historicamente!) no Rio São Francisco.

A primeira observação é que através de uma moralidade técnica²⁸ operada pela CHESF, como Instituição operadora responsável por obras relacionadas com a geração de energia de fontes hidráulicas, a ideia de ambiente é uma ferramenta para englobar etnia. A sua adesão aos ditames de documentos oficiais para orientar as suas ações informa que o que se precisa avaliar e gestar é o ambiente. O próprio nome da empresa – Companhia Hidro Elétrico do Vale do São Francisco - circunscreve ambientalmente o seu raio e objeto de ação. Quando aciona uma equipe multiprofissional para aperfeiçoar tecnicamente cada objeto ou situação enfrentada todos precisam apresentar as suas ideias para conforma à prática moldurada pela legislação que prioriza o ambiente. É pressuposto que comunidades tradicionais, ribeirinhos, quilombolas e indígenas fazem parte do ambiente a ser controlado e mudado pela CHESF, mais de que construtores interativos com o meio que é em permanente fluxo na sua relação com as pessoas que aí vivem. Criada no período pós-guerra de euforia desenvolvimentista e agindo num planejamento de um conjunto de obras agilizadas durante a ditadura militar, a organização técnica esmerada de setores de engenharia da

²⁸Relembra que meus posicionamentos particulares, com base nas diversas experiências, estão expressas mais sinteticamente em SCOTT (2020 no prelo), que desdobram ideias em SCOTT (2009 e 2012).

CHESF abre pouco espaço para lidar com um processo multifacetada de democratização que visa as demandas de identidades e usos locais de ambiente de grupos de pessoas com uma cidadania reforçada em políticas sociais de reconhecimento desses grupos, suas identidades e seus ambientes locais. A sua resposta é às demandas de fornecimento de energia como produto para alimentar o crescimento.

A segunda observação é que ao repetir a prática de estabelecimento de contratação de equipes multiprofissionais, se remete o poder decisório geral a um nível gerencial e técnico que está altamente comprometido com os objetivos de implantação do projeto, altamente consciente de estar licenciando ou mitigando, muito mais de que refletindo sobre a viabilidade ou aconselhabilidade do projeto em si. Quando os gestores são contrariados com as recomendações de profissionais de alguma especialidade, mesmo bem fundamentadas, as práticas revelam que o repertório de caminhos para escamotear os potenciais resultados negativos percebidas por eles na busca do alcance da aprovação do seu projeto técnico são múltiplos, envolvendo insistência em modificar as recomendações, excisões de trechos que desagradam, alegação de entraves técnicos ao prosseguimento do trabalho, questionamento ou desmoralização das fontes de informação, trocas de profissionais responsáveis e diversas outras táticas. Não raramente são as percepções de grupos étnicos atingidos, ou a serem atingidos, por serem as partes mais reflexivas e cognoscentes do ambiente, e os antropólogos que reportam suas representações, que são o alvo de tais práticas.

A terceira observação é que a história é uma implacável transformadora (devo usar uma palavra menos elétrica!) da realidade, pois mesmo com o aperfeiçoamento técnico das exigências de Estudos de Impacto Ambiental, a sua capacidade de congelar de uma forma sincrônica os determinantes das relações de negociação foge às possibilidades técnicas. Não falo da concepção de um estudo de “impacto” que, evidentemente é, obrigatoriamente, diacrônica em parte do seu foco. Mas falo das condições conjunturais criadas através de políticas públicas e de agentes promotores de mudanças, em especial, aquelas que promovem ideias de equidade e de direitos. A história e políticas do período democrático pós-constituição abriram brechas e continuaram abrindo (apesar dos contratempos regressivos eventuais) para o discurso de identidade étnica e direitos decorrentes de uma forma que permitiu a ampliação da articulação por diversos meios em redes internacionais, nacionais e regionais. Tais eventos acrescentam possibilidades reais ao *repertório confrontacional* em ações de negociação de mitigação por danos aos atingidos. A própria palavra “mitigação” presume o sucesso do licenciamento, criando uma hierarquização de valor prévio que pode, de fato, ser revertido quando a conjuntura política é favorável, o que descreve, sobremaneira, o que ocorreu de 1988 a 2014 pelos muitos caminhos identificados no não tão paulatino

reconhecimento formal e estímulo a práticas sociais e jurídicas que reforçam identidade étnica, diversidade, equidade e diferença em cada uma das experiências vistas, inseridas num contexto histórico favorável. Passando da fragmentação e escorraço de grupos indígenas para locais mais distantes e a anulação da identidade negra percebidos no reassentamento em Itaparica, concebido mais intensivamente no período pré-constituição de 1988, se passa por uma série de ações que criam instâncias formais de reconhecimento e legitimidade ao nível federal e meios de operacionaliza-las que tornam mais compreensíveis resistências expressas a ações nocivas realizadas contra populações locais. Populações tradicionais não são isolados, pois são articuladas com redes diversas, e ainda respaldam legalmente retomadas de territórios indígenas e quilombolas injustamente afastados das suas moradias.

A quarta observação é que, de fato parte do conjunto de ações referidas no terceiro item acima, mais merecedor de um realce particular por ser o âmbito principal da formação para a labuta antropológica, o crescimento da universidade, bem como de outras instâncias educacionais e para políticas públicas criou o que se costuma designar de uma “massa crítica” capaz de visibilizar e interagir com grupos étnicos de uma forma dinamizada. Talvez, diríamos como antropólogos, “engajados e afetados” com e pelos povos com quem (mais de que sobre quem) estudamos! O crescimento exponencial de trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, atlas, mapas, cadernos, museus, material pedagógico, profissionais e técnicos nativos, núcleos de pesquisa, etc. todos juntos, alavancam a produção de tanto conhecimento, quanto a capacidade de interação colaborativa na defesa dos direitos étnicos. Neste processo a interação com diversas instancias coletivas não governamentais e de movimentos sociais preocupados com cidadanias situadas, como vistas aqui (CIMI, Pólo Sindical, Centro Luis Freire, Movimentos Negros e Associações Indígenas, Grupos feministas, etc.) é peça fundamental na articulação da defesa de populações atingidas. Espaços acadêmicos têm sido muito reforçadores, inclusive na formação não somente de organizações não governamentais atuantes, mas também das próprias associações de indígenas, quilombolas, de pescadores, e de outros grupos (mulheres, LGBTTQ, bio-identidades, etc.) nos quais a “interseccionalidade” atribui um elemento étnico e racial fortalecedor dos seus propósitos. É importante ressaltar que o espaço de estudos, por mais importante que seja, nem supera nem substitui o que os próprios grupos organizam e articulam para que sejam vistos e ouvidos.

Estas circunstâncias, da existência de redes articuladas com as próprias comunidades tradicionais e de fazer parte de uma área disciplinar numa universidade de referência próxima e integrada às populações com colaborações diversas a favor da equidade e da diversidade resultam num trabalho cuja credibilidade precisa ser constantemente recriada e reconfirmada, pois o grau de

desconfiança de populações atingidas e de grupos que os defendem levantada por pesquisas encomendadas por instituições gestoras de grandes projetos está merecidamente elevado. Tal desconfiança tem um contraponto na ofensiva de poderes consituídos nacionalmente de questionamento das suas próprias instituições em comissões parlamentares de investigação (CPIs). O reconfortante necessariamente vem de uma auto-vigilância permanente e de uma continuada colaboração nos diversos cenários de interação. E fundamental a esta auto-vigilância é um exercício da profissão de antropólogo relacionado às instâncias de formação e de compartilhamento de ideias em debates coletivos organizados pelos profissionais praticantes.

Uma quinta observação, numa nota menos otimista e ligeiramente repetitivo mais necessário de dar ênfase particular, é preciso sempre alertar sobre a continuidade do exercício de subterfúgios institucionais, realizadas em bastidores institucionais, que visam reinserir o pleno controle ambiental e interrelacional para os detentores e idealizadores dos projetos. Com todas as forças para identidades étnicas com repertórios variados e fortes, uma negociação é uma negociação onde existe fricção e confrontação que sempre oferece a possibilidade do segredo e da dissimulação, por mais formalizada e pública que possa ser a arena da disputa. O que pode imperar em domínios de poder em confrontação pode ser a reificação do controle firme sobre o respeito ao ambiente na sua forma instituída e hierarquicamente diferenciada, o que implica, de fato, é, além de haver um ambiente não respeitado, pratica-se regularmente um desrespeito e evitação de etnicidade, quando for possível.

Para encerrar numa direção mais filosófica ou epistemológica e dialogica, ao andarem juntos ambiente e etnia tanto o ambiente sai mais humanizado, quanto a humanidade compreende mais a sua constituição em redes técnicas. Enfim, o controle do ambiente sempre envolve técnicas, e a negociação é sobre quais as redes constituídas pelas técnicas às quais recorre após uma negociação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza*. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.

ACSELRAD, Henri. *Grassroots reframing of environmental struggle in Brazil* In: CARRUTHERS, David (ed.) *Environmental Justice in Latin America*, Cambridge: MIT Press, 2008, p. 75-97.

_____. *Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental*. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Mapas e museus: uma nova cartografia social. *Ciência e Cultura*, v. 70, 2018, p 58-61.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; ACEVEDO MARIN, R. E.; LOPEZ, J. A. F. (Org.) . Megaproyectos, actos de Estado, pueblos y comunidades tradicionales. Cali, Colômbia: Programa Editorial Universidad Autónoma de Occidente, 2020.

ARAÚJO, M. L. C. de; CALDAS NETO, M.; LIMA, A. E. V. (org.). Sonhos submersos ou desenvolvimento? impactos sociais da barragem de Itaparica. Recife, Massangana, 2000.

BARBIERI, José Carlos. Avaliação de Impacto Ambiental na Legislação Brasileira, *Revista de Administração de Empresas*, v.35, no, 2 mar/abr, 1995, p. 75-85. .

BARROS, Henrique O. M. de (Coord.) Avaliação dos impactos socioeconômicos da implantação do Projeto Sobradinho. 2 o Relatório: A população opina sobre a relocação. Recife: FUNDAJ/INPSO/Depto. de Economia, 1983.

BATISTA, Mércia Rejane Rangel. O desencantamento da aldeia: exercício antropológico a partir de relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Truka. *Revista de Estudos e Pesquisas (Fundação Nacional do Índio)*, Brasília, v. 1, n.2, p. 2004, p. 157-248.

BEZERRA, Tercina Maria Lustosa Barros. O Quilombo Negros de Gilu em Itacuruba: Emergência Etnoquilombola e Territorialidade. 2007. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007

BRONZ, Débora. “O Estado não sou eu”. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais. *Campos* 14(1-2), Curitiba, Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2013, p.337-55

BURSZTYN, Marcel (org.) A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro, Garamond, (Coleção Terra Mater), 2001.

CARRUTHERS, David (ed.) *Environmental Justice in Latin America*, Cambridge: MIT Press, 2008.

CERNEA, Michael. *Involuntary Settlement in Development Projects: Policy guidelines in World Bank-financed Projects*. Washington: World Bank, (World Bank Technical Paper No. 80), 1988.

_____. (Ed.) *Putting people first: Sociological variables in rural development*. A World Bank Publication, Second Edition, revised and expanded, 1991.

CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) Reservatório de Itaparica: Plano de Desocupação. Recife: CHESF-CIDIR, 1985.

DUQUE, Ghislaine. A experiência de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens. *Ciência e Cultura*, 35 (8) São Paulo, 1982, p. 1054-1061.

ESCOBAR, Arturo. *Territories of Difference: place, movements, life, redes*. Duke, Durham. 2008.

FERRETI, Michelle. Quando as lutas sociais reinventam a participação no licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas de Riacho Seco e Pedra Branca: Rio de Janeiro, RJ. 2013. Dissertação (mestrado) – em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

GEERTZ, Clifford. Agricultural involution: the process of ecological change in Indonesia. Berkeley, CA: Published for the Association of Asian Studies by University of California Press; 1963.

GONÇALVES, Glaciene Mary da Silva. A Territorialidade Indígena Pipipã Vulnerabilizada na Transposição do Rio São Francisco e as Relações com a Saúde em Florestas/PE. Tese de doutoramento em Saúde Pública, Instituto Aggeu Magalhães; Recife, 2019.

GONÇALVES, Glaciene Mary da Silva; SILVA, Edson; SCOTT, Russell Parry; Gurgel, Idê Gomes Dantas ; COSTA, André Monteiro. A transposição do Rio São Francisco e a saúde do povo Pipipã, em Floresta, Pernambuco. Saúde e Sociedade (online) v. 27, 2018. p 909-921.

GRIMALDI, Lorenzo. Donos da história: estratégias de ação coletiva e formação da autoridade política entre os Tumbalalá, dissertação de mestrado em Antropologia, UFPE; Recife, 2013.

LITTLE, Paul. A Política Brasileira da Ecologia Política Aspectos Antropológicos, em MARTINS, Carlos Benedito (coord geral); DUARTE, Luis Fernando Dias (coord antropologia). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia, São Paulo: ANPOCS, Discurso, Barcarola, 2010.

MACHADO, Eduardo Paes (Coord.) Poder e Participação política no Campo. São Paulo: CERIFA/CAR/CEDAP/CENTRU. 1987

MAB - Movimento de Atingidos por Barragens. Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, São Paulo, 2013

MELO, Maria José de. Ribeirinhos do São Francisco e a Resistência frente a Construção da USINA Hidrelétrica de Riacho Seco: O Caso do Município de Santa Maria da Boa Vista/PE Revista Rural & Urbano, Recife. v. 01, n. 01, 2016 p. 205-213.

MONTEIRO, Eliana de Barros. "Eu já vi água ir embora(...) com natureza não se mexe" Os Truká (PE), grandes projetos e o sentido da territorialidade no exercício da cidadania indígena contemporânea, Dissertação de mestrado em antropologia UFPE, Recife, 2008.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1999a. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos migratórios, in A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. Organizado por João Pacheco de Oliveira, pp. 11-39. 2 ed. Rio de Janeiro: Contra Livraria/LACED.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de, LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari (coord) Atlas das Terras Indígenas no Nordeste. Rio de Janeiro: PETI/Museu Nacional, 1993.

MARTINI, G. (org.) População, Meio ambiente e Desenvolvimento: verdades e contradições. Campinas: Ed. Unicamp, 1993

OLIVER-SMITH, Anthony. Involuntary Resettlement, Resistance and Political Empowerment. Journal of Refugee Studies 4 (2), 132-149, 1991.

PANDOLFI, Maria Lia. Na Margem do Lago: um estudo sobre o sindicalismo rural. Recife: Dissertação do Programa Integrado de Mestrado em Sociologia e Economia, UFPE, 1986 (publicado em Recife: Massangana, 1990).

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado e nova ideologia: utopia de desenvolvimento. *Revista de Antropologia*, v. 34. 1991, p. 59-101.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. Dos velhos aos Novos Coronéis (um estudo das redefinições do coronelismo, dissertação de mestrado em Sociologia, UFPE-PIMES: Recife, 1974.

SCOTT, R. P. Projetos de desenvolvimento no rio São Francisco: administrando vocações e desigualdades. *Campos (UFPR)*, v. 14, p. 15-36, 2013

_____. *Moralidade Técnica: Reflexões sobre Práticas Excludentes e Administração de Água*, In: LIMA, Roberto; MELVILLE, Roberto (org) GRANDES PROYECTOS INFRAESTRUCTURALES Y RÍOS (título provisório). Goiás: UFG ebook, 2020.

_____. (org) *Educação, Feminismo e o Estado no Brasil*. Recife: EDUFPE, 2017

_____. *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

_____. *Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco*. In: Andrea Zhouri. (Org.) *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, 2012,. 122-146.

SCOTT, R. P.; LEWIS, Liana; QUADROS, M. T.(Org.). *Gênero, Diversidade e Desigualdades na Educação: Interpretações e Reflexões para Formação Docente*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009

SCOTT, Parry; QUADROS, Marion Teodósio; ATHIAS, Renato. *Saúde, Sexualidade e Famílias Urbanas, Rurais e Indígenas: Comparações, Interpretações e Políticas*. PPGA-UFPE/Editora Universitária: Recife, 2007.

SCUDDER, Thayer; COLSON, Elizabeth. *From Welfare to Development: a Conceptual Framework for the Analysis of Dislocated People*, In: HANSEN, A.; OLIVER-SMITH, A. (Eds.). *Involuntary Migration and Resettlement*. Boulder: Westview. 1982. p. 267-287.

SIGAUD, Lygia. *A dupla expropriação do campesinato e a concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional-UFRJ, 1986a.

SIGAUD, Lygia. *Efeitos Sociais de grandes projetos hidrelétricas: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional-UFRJ, 1986b.

SILVA, Avanildo Duque de. *O reassentamento Rural de Itaparica: conflitos e transformações no espaço agrário do Submedio São Francisco – Bahia/Pernambuco*. Recife, *Dissertação de Mestrado em Geografia*, UFPE, 1997.

SILVA FILHO, José de Carvalho, *A Besta-Fera e As Águas de Baixo: um estudo de representações*. *Dissertação de mestrado em Antropologia*, UFPE, Recife, 1992.

SIQUIERA, Antônio Jorge de (Org.) *Identidade e Cidadania no Brasil*, V. 2, Recife, UFPE, Editora Universitária. 1997.

SOUZA, Elaine Lopes. Narradoras do Batuque: Protagonismo e Identidade no Quilombo do Serrote. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

TILLY, Charles. Identities, boundaries and social ties. Colorado: Paradigm Publishers. 2005.

_____. Contentious performances. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TSING, Anna. Friction: An Ethnography of Global Connection. Princeton University Press, Princeton, NJ. 2004.

VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. Grandes Projetos hidrelétricas e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CED - Centro de Documentação e Informação, 1992.

VERGULINO, Tercina. Cooperativas nos projetos públicos de irrigação: limitações e possibilidades de Desenvolvimento. Anais do V Encontro de Ciências Sociais do Nordeste. Recife: Massangana, 1991.

VIANNA, Aurélio; MENEZES, Laís. Políticas de desenvolvimento no Vale do São Francisco: O Pólo Sindical e a luta dos atingidos pela barragem de Itaparica. Rio de Janeiro: CEDI/KOINONIA, Pólo Sindical do Submédio São Francisco, 1994.

WORLD BANK. World Bank approaches to the environment in Brazil: a review of selected projects Vol IV: The middle and Lower San Francisco Valley. Washington: Operations Evaluation Department (Restricted Access Report No. 10039), 1992.

ZARZAR, Andrea Butto. Movimentos Sociais de Mulheres Rurais: a construção do sujeito feminista, tese de doutoramento em sociologia, UFPE: Recife, 2017.

ZHOURI, Andrea (org). As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA (orgs.), A insustentável leveza da política ambiental – Desenvolvimento e conflitos socioambientais, Autêntica, Belo Horizonte, 2005.